

PLUTARCO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ESPARTA

*Maria Aparecida de Oliveira Silva*¹

Para compreendermos a visão plutarquiana no tocante à participação feminina em Esparta, faz-se necessária uma digressão sobre o modo como os escritos anteriores aos de Plutarco transmitiram a imagem da mulher espartana. De acordo com os relatos dos antigos, a mulher espartana era livre para circular na cidade e recebia a educação estatal destinada a atender às necessidades do seu meio social. Essa mulher desempenhava a relevante função social de gerar filhos robustos e corajosos, ao passo que a mulher ateniense mantinha-se confinada em sua casa, aprendendo com as mulheres mais próximas, em geral a mãe, como administrar o lar e desenvolver as atividades domésticas, tais como; tecer, fabricar utensílios de cerâmica e cuidar dos filhos. Contudo, esses modelos sustentados pelos antigos encontram-se incompletos, o que dificulta nossa interpretação da história da mulher grega no mundo antigo.

O século IV a.C., período do qual dispomos de maior informação sobre a mulher espartana, representou uma fase de transição entre a prosperidade do século V e a decadência do sistema poliáde no terceiro século antes de Cristo². Com efeito, no decorrer desse século, as cidades de Atenas e Esparta vão perdendo gradativamente o poder que exerciam sobre seus aliados para a Macedônia de Alexandre, o Grande. Atentos aos acontecimentos, os pensadores gregos da época: Platão, Aristóteles e Xenofonte escreveram livros que objetivavam alertar aos cidadãos sobre os males responsáveis pela derrocada da cidade-estado, bem como sugerir novas formas de organização da sociedade na tentativa de solucionar seus problemas. Os escritos desses filósofos são permeados de informações a respeito da realidade política, econômica e social das cidades de Atenas e Esparta. A realidade cidadina é o objeto de estudo deles fato que torna possível recuperarmos certas informações sobre a participação feminina na Grécia antiga.

Os escritos de Platão remetem à necessidade de inclusão da mulher no funcionamento da pólis. Para o filósofo, a mulher deve receber a mesma educação ministrada ao homem, qual seja, o ensino da música, ginástica e também da guerra (*República*, 452a). A cidade idealizada por Platão responsabiliza a mulher pelo funcionamento da pólis, e ainda garante ao sexo feminino a igualdade de condições na organização social, política e econômica da cidade-estado. As idéias de Platão sobre o aproveitamento do potencial feminino demonstram a preocupação do

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP. E-mail: <maasilva@usp.br>.

² BANDINELLI, R. B. *Storia e civiltà dei Greci: la crisi della polis*. Milano: Bompiani, 1990, p.7.

filósofo em manter a independência da pólis, principalmente com relação aos que exigiam grandes quantias por seus serviços na defesa da cidade.

Note-se que a cidade-estado grega do século IV sofre com a perda constante de seus cidadãos nas guerras. Os resultados aparecem nas dificuldades políticas tanto internas quanto externas, agravadas pela falta de dinheiro (Idem, 458e). Platão demonstra-se preocupado com a escassez de cidadãos, a solução encontrada pelo filósofo foi fazer com que homens e mulheres partilhassem o dever de zelar pelo funcionamento da cidade-estado. No pensamento platônico a mulher grega deve ser educada nas mesmas condições que o homem, para “*terem em comum as habitações e as refeições, sem que tenham qualquer propriedade privada, estarão juntos, e, ficando misturados, quer nos ginásios, quer no resto da sua educação, creio que por uma necessidade natural serão compelidos a unirem-se entre si*” (458c)³. As palavras do filósofo demonstram a separação social dos espaços dedicados ao homem e à mulher.

Acrescenta Platão “*é preciso que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não*” (459d)⁴. Platão pretende a formação de uma elite governante, gerada a partir de famílias especiais que respondam pela produção de governantes. A escolha dos melhores respeita a capacidade de aprendizado dos iniciados na filosofia, revelando a noção de saber acumulado, como notou Burkert, para os gregos antigos, a formação de um indivíduo dependia da educação recebida pelos membros de sua família⁵.

A cidade de Aristóteles segue as leis da natureza, o homem une-se a mulher obedecendo às regras naturais da reprodução, um não pode existir sem o outro, pois deve haver a continuidade de ambos os gêneros (*Política*, 1252a). A superioridade do cidadão do sexo masculino lhe confere a autoridade suprema sobre os demais membros da sociedade (1252b). Aristóteles vê na convivência entre a comunidade das mulheres e a comunidade dos homens um dos elementos de tensão dentro da sociedade (1253a). A solução para o impasse encontra-se na educação das mulheres e dos filhos segundo a forma de Governo, Aristóteles lembra que as mulheres constituem a metade das pessoas livres da cidade (1259b), portanto, uma cidade que não controla suas mulheres tem meia cidade fora do domínio das leis. A lei é, assim, a substância espiritual comum da sociedade, expressa sob forma concreta, atuando como força coesiva e reúne o poder soberano da sociedade comandada por homens cidadãos⁶.

No século IV a.C., Xenofonte também escreve sobre o modelo cidadão mais conveniente para a supressão das dificuldades inerentes a esse período. Contudo, demonstra sua preferência pelo modelo espartano como podemos verificar nos

³ PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

⁴ PLATÃO, *A República*.

⁵ BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 181.

⁶ BURKERT, *Religião grega...*, p. 44.

elogios tecidos às Leis de Licurgo encontrados em sua obra. Essas leis, instituídas no período arcaico, teriam garantido a harmonia interna da sociedade espartana por intermédio de uma educação estatal voltada para as necessidades de Esparta (*Constituição dos lacedemônios*, VII, 5). De acordo com as Leis de Licurgo, as mulheres e os homens devem receber a mesma educação até os sete anos de idade, passada essa fase, há a distribuição das funções sociais dos cidadãos, conforme sua idade e sexo, cada qual tem seu espaço previamente determinado. Aos homens cidadãos destinam-se os cuidados com a guerra e as políticas interna e externa, às mulheres é reservada a prática de exercícios físicos que visavam à procriação de filhos robustos (I, 4).

Da análise dos modelos propostos pelos pensadores, concluímos que eles não refletem a realidade das cidades gregas, apenas indicam em suas exposições quais os elementos propagadores de tensão social. Desse modo, as considerações dos pensadores do século IV a.C. permitem a visualização da problemática que cerca a cidade-Estado grega dessa época. O primeiro problema perceptível refere-se à falta de homens cidadãos que possam controlar o funcionamento da cidade, a carência de homens estimula, ainda, a insubordinação feminina, além de tornar vulnerável a segurança da cidade. As perdas econômicas com as guerras aparecem como outro óbice ao crescimento da cidade-Estado grega, dado que a privação de recursos gerava conflitos entre os vários segmentos sociais.

O quadro desordenado apresentado pela cidade encontra nas leis um expoente institucional apropriado para estabelecer mudanças nos costumes dos cidadãos. Nesse contexto, a mulher revela-se como um foco de tensão social, daí a importância que as leis gregas conferem preceitos relacionados com o espaço feminino. A preocupação dos homens em educá-las, nos moldes do regime político da cidade propicia o questionamento sobre as atitudes femininas ensejadoras da inquietação masculina. No entanto, dispomos de poucos elementos para responder às dúvidas a esse respeito, os relatos predominantemente masculinos remetem-se às realidades política e econômica da cidade, ou seja, privilegiam o espaço público reservado ao homem⁷.

A vida cotidiana relatada nas peças de teatro, nas poesias e na cultura material permite a confrontação de informações com as fontes descritas neste trabalho, viabilizando a reconstrução de alguns aspectos da condição feminina dentro da sociedade sob a perspectiva do homem. O olhar masculino sobre os dados acerca da participação feminina na Grécia antiga exige do pesquisador a reflexão a respeito das conclusões dos antigos sobre as ações femininas na sociedade. É preciso ressaltar que as imagens produzidas também são oriundas do pensamento masculino, pois o homem seleciona o tema de sua arte conforme os valores socialmente aceitos⁸.

As diferenças políticas e econômicas entre as cidades de Atenas e Esparta incitam os estudiosos a acentuar a dessemelhança no sistema educacional feminino. Assim,

⁷ DUBY, G. PERROT, M. Introdução. In: DUBY, G. PERROT, M. *História das mulheres: a antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 7.

⁸ FRANCASTEL, P. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 13.

as mulheres atenienses são educadas para a vida doméstica, instruídas a cuidar dos escravos, zelar pelos filhos, tecer, fiar e participar dos festivais religiosos. Diversamente, as mulheres espartanas encontram-se distantes. O objetivo desse afastamento da vida familiar era aproximá-los das necessidades políticas da cidade. As espartanas dedicam-se à prática de exercícios físicos ao lado dos homens, circulam livremente pela cidade-estado, estimulam por intermédio de diálogos a coragem masculina e, principalmente, fornecem novos cidadãos através da procriação⁹.

Inventores da história política, os gregos não se preocuparam em relatar a vida social da cidade-estado, dificultando ao historiador a compreensão de sua vida privada¹⁰. Portanto, as informações privilegiam o espaço público por ser um lugar delimitado pelos homens em detrimento do espaço privado adstrito às mulheres. Dessa forma, a história das mulheres na Antigüidade depara-se com a limitação das informações que também carregam o filtro discriminatório do olhar masculino¹¹. As imagens construídas em torno das mulheres ateniense e espartana provavelmente refletem o imaginário masculino em relação à constituição política da cidade-estado. A mulher platônica não encontra correspondente na história grega, apesar de alguns autores sustentarem a relação entre os preceitos contidos na *República* e nas *Leis* e os adotados na cidade de Esparta. Nesse sentido, Jaeger assinala que Platão “ao preconizar a educação estatal, tinha presente o exemplo espartano”, ou seja, o filósofo ateniense tinha em mente o modelo educacional de Esparta¹².

Em Aristóteles, a construção de um modelo de cidade harmoniosa está pautada em sua realidade cognitiva sobre o modelo cidadão empregado em Esparta, Creta e Corinto, o autor tinha por escopo alertar aos atenienses sobre as falhas no seu sistema de Governo. Quanto à Esparta, Aristóteles relata a influência feminina atribuída ao fato de dois quintos das terras espartanas estarem em poder delas no século IV a.C. (*Política*, 1272a). Para o filósofo, isso ocorrera em virtude das falhas na educação espartana, em seu ponto de vista, os homens de Esparta recebem ordens diretas das mulheres por não terem sido capazes de educá-las conforme as leis de Licurgo (1270a). Na opinião do filósofo, os espartanos se desviaram do sistema político que adotaram porque sua constituição não estava de acordo com o tipo de governo da cidade (1271b). Aristóteles descreve a corrupção nos diversos segmentos da sociedade espartana, não responsabiliza a mulher pela derrocada do sistema político, porém, reconhece nelas um forte poder de persuasão.

As características apontadas por Aristóteles em relação à mulher espartana demonstram a preocupação do filósofo em evitar que o mesmo ocorra na cidade de Atenas, contudo, as informações de Aristóteles podem não corresponder à

⁹ REDFIELD, J. O homem e a vida doméstica. In: VERNANT, Jean-Pierre. (org.) *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1993, p. 157.

¹⁰ AUSTIN, M. & VIDAL-NAQUET, P. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1986, p.15.

¹¹ VIDAL-NAQUET, P. Escravidão e ginococracia na tradição, no mito, na utopia. In: VERNANT, J.P. & VIDAL-NAQUET, P. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Campinas: Papyrus, 1989, p. 127.

¹² JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 767.

realidade, é válido ressaltar que muitas assertivas dos antigos estão permeadas de rivalidade devido à oposição existente entre Atenas e Esparta. Já Xenofonte apresenta o regime político arcaico espartano como o melhor modelo cidadão e os espartanos são aconselhados por ele a retomar a educação instituída por Licurgo (*Constituição dos lacedemônios*, XIV, 9). Segundo Xenofonte, as funções estavam divididas conforme a idade e o sexo dos cidadãos (VI, 2), homens e mulheres recebem a mesma educação até os sete anos de idade, depois os homens passam a tratar dos assuntos da guerra e as mulheres da administração da casa e da manutenção de um exército forte por meio da procriação. Quanto à desordem causada pelas influências femininas nas decisões tomadas na cidade de Esparta, como apontara Aristóteles, Xenofonte não faz uma referência a qualquer ação contrária das mulheres espartanas a harmonia da cidade.

A historiografia contemporânea divide-se em duas correntes quanto à análise da participação feminina em Esparta durante o período clássico. Os autores, que utilizaram como referência os relatos dos escritos filo-atenienses¹³, vêem a participação feminina em Esparta como uma interferência negativa para a cidade, enquanto os outros, que empregaram as fontes filo-lacônicas¹⁴ que destacam a sua indispensável participação na manutenção da ordem cidadina. Contudo, o mais interessante é notar que a historiografia moderna pauta-se ora no que fora afirmado por Aristóteles que os espartanos não tinham controle sobre as ações de suas mulheres (*Política*, 1270a-c) e ora no relatado por Plutarco que afirma não ser verdade como pretende Aristóteles, que depois de tentar educar as mulheres Licurgo desistiu em virtude de sua insubordinação às leis (*Licurgo*, 14).

Ao analisarmos as biografias espartanas escritas por Plutarco como se se tratassem de um conjunto, encontraremos nelas a história das mulheres aristocratas de Esparta desde o período arcaico até o período helenístico. As contradições relativas à participação feminina em Esparta encontram em Plutarco uma lógica. Nas biografias relativas ao período clássico, Plutarco retrata a corrupção crescente em Esparta, porém, as mulheres ainda conservam alguns elementos da educação arcaica e passam a aconselhar os homens em suas decisões políticas no intuito de impedir a entrada da corrupção. Contudo, nas biografias do período helenístico o autor relata as influências das mulheres na rede de corrupção da cidade e relaciona o abandono da antiga educação com a decadência espartana. Na visão plutarquiana o abandono da educação instituída por Licurgo, no caso das mulheres, ocorreu devido à excessiva liberdade que lhes era oferecida, fato que o legislador

¹³ Ver, por exemplo, as interpretações de FINLEY, M. I. *Aspectos da antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. _____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. NAPOLITANO, M. L. Le donne spartane e la guerra: problemi di tradizione. *Aion*, n. 9, 1987, p. 127-144. SISSA, G. *Greek virginity*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

¹⁴ Ver CARTLEDGE, P. *The Spartans: the World of the Warriors-Heroes of Ancient Greece*. New York: Overlook, 2003. OLIVA, P. *Esparta e sus problemas sociales*. Madrid: Akal, 1983. POMEROY, S. *Goddesses, whores, wives, and slaves*. New York: Schocken, 1995. _____. *The Women of Sparta*. New York: Routledge, 2002. _____. (ed.) *Women's history & ancient history*. Chapel Hill/London: University of North Carolina Press, 1991. POWELL, A. *Athens and Sparta: constructing Greek political and social history from 478 B. C.* London/ New York: Routledge, 1996.

não considerou quando elaborou a constituição espartana (*Comparação de Licurgo e Numa*, III, 3).

A história das mulheres não interessava aos primeiros pesquisadores modernos. Então, eles desconsideraram a crítica de Plutarco à constituição licúrgica no que tange à educação destinada à parcela feminina da população cidadina. Plutarco identificou nas leis de Licurgo uma falha em relação à educação feminina, deduzindo que, em virtude da demasiada liberdade conferida às espartanas, o legislador não anteviu os danos que as mulheres más, incapazes de reproduzir o belo, poderiam causar:

“Então, por um lado, Numa empenhou-se mais em manter a vigilância das jovens para que continuassem femininas e com os ornamentos. Por outro lado, Licurgo deixou-as totalmente com asas e não-femininas, sendo o tema dos poetas.” (*Comparação de Licurgo e Numa*, III, 3)¹⁵

No entanto, Plutarco discorda de Aristóteles quanto ao modo como ocorreu o desregramento feminino na sociedade. Aristóteles atribuía tal fato ao descuido das leis de Licurgo com a mulher em Esparta:

“A despreocupação com a conduta das mulheres não é menos nociva à prosperidade do Estado do que à felicidade das cidades. Como o homem e a mulher fazem parte da família, é de se esperar que o Estado esteja dividido em dois, metade homens, metade mulheres; donde se segue que todo Estado em que as mulheres não têm leis está na anarquia pela metade. É o que acontece na Lacedemônia. Licurgo, que pretendia enrijecer seu povo com todos os trabalhos penosos, só pensou nos homens e não prestou nenhuma atenção nas mulheres. Elas se entregam a todos os excessos da intemperança e da dissolução.” (*A Política*, II, VI, 5-6)¹⁶

Mas, Plutarco assim manifestou-se sobre a questão:

“Não aconteceu, pois, como disse Aristóteles, que Licurgo tentou trazer as mulheres para a harmonia, mas desistiu, porque não podia conter o excesso, a licenciosidade e o poder feminino por causa das muitas guerras de que os homens participavam.” (*Licurgo*, XIV, 1)

A história de Esparta desperta a atenção desde a antiguidade pela singularidade de suas instituições, enquanto Atenas negocia seus escravos, Esparta invade territórios vizinhos e transforma sua população em servos conhecidos por *hilotas*. Além do hilotismo, os espartanos mantêm propriedades estatais de grandes proporções, ao passo que em Atenas há o predomínio de pequenas propriedades. A existência de modelos políticos distintos explica-se pela autonomia da cidade-

¹⁵ As passagens das biografias plutarquianas foram traduzidas pela autora a partir do texto grego estabelecido por Bernadotte Perrin.

¹⁶ ARISTÓTELES. *A política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Estado grega e pela educação - a condutora dos ensinamentos políticos. Nesse sentido, o tratamento dispensado à mulher grega encontra-se diferenciado, a mulher ateniense aparece descrita nos relatos antigos reclusas em suas casas - o *oikos*, enquanto a mulher espartana exercita-se em público com vestes curtas.

Ressaltamos que o caso da mulher espartana desperta a curiosidade dos estudiosos devido às contradições dos fatos e das opiniões acerca de sua efetiva participação na sociedade. No século V a.C. o comediógrafo Aristófanes retrata em sua peça *Lisístrata* a robustez de Lampito, uma mulher espartana dotada de grande vigor físico. Enquanto no século IV a.C. Xenofonte escreve a *República dos Lacedemônios* relatando a educação rígida da mulher espartana. Na obra o autor destaca os exercícios físicos praticados pelas mulheres com a finalidade de obter filhos fortes e sadios. Por outro lado, no mesmo século, Aristóteles descreve na *Política* a desordem causada pelas mulheres na cidade em virtude de sua recusa à educação em conformidade com as leis cidadinas.

As biografias de Plutarco sobre os reis espartanos retratam as mulheres desde o período arcaico até o período helenístico. A importância de seus relatos não se restringe apenas ao seu conteúdo histórico, mas principalmente pela coleta de informações feita por Plutarco. As biografias resultam da leitura de obras conhecidas de nossa época, bem como revelam pensamentos de escritores dos quais não temos obras completas, dessa maneira, Plutarco torna-se indispensável ao estudo da mulher na Grécia antiga.

Sobre o período arcaico da história espartana, Plutarco relata que após a morte de seu irmão, o legislador torna-se rei. Contudo, sua cunhada estava grávida, sendo o seu filho herdeiro natural ao trono espartano, então assim que nasceu Carilau “a alegria do povo” (*Licurgo*, III, 1), Licurgo deixa o posto de monarca para o sobrinho e parte para conhecer a legislação dos cretenses e dos egípcios, pois o legislador pretendia reformular as leis espartanas, uma vez que reconhecia em Esparta a desordem e a anarquia predominantes (*Idem*, IV, 1-6). Assim, Licurgo, quando retornou à cidade, instituiu leis visando inaugurar um regime completamente novo. Estabeleceu o senado e o eforato; a partilha das terras; a proibição da circulação de moedas de ouro e prata; instituiu as *sissitias* (banquetes públicos), solicitou ainda que essas leis não fossem escritas, elas deveriam ser inseridas nos costumes espartanos por meio do processo educativo.

A educação dos meninos era um aprendizado de obediência, desde seu nascimento pertenciam ao Estado, que lhes inculcia valores relacionados à guerra. Os homens somente poderiam deixar o exército aos sessenta anos de idade. Quanto às meninas, cabia-lhes a prática de exercícios físicos nas corridas, na luta, no lançamento do disco e do dardo com o único objetivo de formar mulheres capazes de gerar filhos robustos. Além disso, os exercícios físicos diminuam o sofrimento da mulher no momento da concepção.

A transição entre o período clássico e o helenístico da história espartana é retratada na biografia de Agesilau (444-360 a.C.). O biografado não era o herdeiro natural ao trono espartano, por isso recebeu a educação espartana comum, na qual aprende apenas a obedecer. Segundo Plutarco, a legislação isentava dessa educação rígida os futuros reis (*Agesilau*, I, 1). A morte do irmão permitiu-lhe a

ascensão ao trono, a educação fizera de Agesilau um rei sem autoridade que dependia de acordos políticos para governar Esparta. Para manter-se no poder, o rei inicia uma série de batalhas no intuito de obter riquezas, com isso demonstra suas virtudes guerreiras para manter a autoridade, e ainda, consegue organizar recursos para contratar mercenários para o seu exército. O reinado de um homem, cuja educação não era a adequada para desempenhar sua função, como descreve Plutarco, indica a natureza dos problemas gerados em Esparta. A ausência do rei na cidade colaborava para a insatisfação popular assim como propiciava a formação de grupos interessados no poder.

Quanto às mulheres desse período, Plutarco demonstra a alteração dos valores. O próprio rei Agesilau permanece atento às preferências de sua esposa, que, como ele, também não recebera a educação apropriada para ser rainha. Ela era de origem plebéia, pois era irmã de Lisandro um rico comerciante dono de uma grande frota de navios na cidade de Esparta. A irmã de Agesilau, conhecida por Cinisca, foi vencedora de uma corrida de quadrigas em Olímpia, fato que evidenciou a riqueza particular dela, bem como a projeção de uma mulher espartana no cenário grego (*Agesilau*, XX, 1). Apesar do distanciamento dos governantes em relação à educação instituída por Licurgo, Plutarco demonstra que as mulheres do povo ainda mantêm os valores contidos na educação arcaica de Esparta.

O período helenístico é retratado em duas biografias: Ágis e Cleômenes, ambos do século terceiro antes de Cristo. O primeiro tentou reinstaurar em Esparta a educação arcaica na qual fora criado, no entanto, Ágis, ao tomar o poder na cidade, vivencia uma realidade diferente daquela experimentada por seus antepassados. Na desordem espartana a mulher encontra seu espaço ampliado, se outrora sua participação restringia-se à geração de filhos robustos, nos termos da Lei de Epitadeu, é alcançada a condição de herdeira de terras. A mãe e a avó de Ágis, as mulheres mais ricas de Esparta, intervinham nos assuntos políticos da cidade. Conforme relata Plutarco, elas teriam sido a causa do insucesso de Ágis em restaurar o antigo sistema (*Ágis*, VII, 4).

Cleômenes, o sucessor de Ágis, não pertencia a nenhuma das duas casas reais de Esparta: Ágidas e Euripôntidas. Ascendeu ao trono por ter desposado a mulher de Arquidamo - irmão de Ágis - e herdeira de uma vasta riqueza (*Cleômenes*, I, 2-3). No reinado de Cleômenes, várias mulheres ocupavam posição de destaque na sociedade espartana. As alianças de Cleômenes com Agátis, sua mulher, e com Cratesicléia, sua mãe, fizeram-no rico e poderoso o suficiente para eliminar os éforos e se autoproclamar, juntamente com seu irmão, reis de Esparta. Conforme relata Plutarco, essa foi a primeira vez que duas pessoas da mesma casa reinaram em Esparta. No século terceiro antes de Cristo, sob o reinado de Cleômenes, as mulheres representavam uma força política e econômica incomum no mundo grego. Ao comparar o êxito de Cleômenes ao fracasso de Ágis percebe-se que a interferência feminina foi decisiva em ambos os casos.

Antes de concluir a análise da ótica plutarquiana sobre a participação feminina em Esparta, faz-se necessário esclarecer algumas questões que permearam as interpretações da historiografia moderna acerca de sua história. A primeira delas

apareceu em Glotz, que verificou a existência de uma tradição romântica da história espartana oriunda da espartomania nascida na escola socrática¹⁷. Influenciado pelas idéias de Glotz, Ollier vislumbrou nas interpretações realizadas pelos gregos desta sociedade a presença de idealizações que resultariam na criação da chamada “miragem” espartana¹⁸.

Glötz atribuiu a Plutarco a inserção do romance de Esparta dentro da narrativa histórica de suas personagens espartanas. Conforme Glötz, a ausência de critérios frente aos documentos em que aparecem relatos da história da cidade teria levado Plutarco a reproduzir a fantasia de uma educação estatal. Ollier prossegue a discussão aderindo à tese de que Plutarco não possuía a análise crítica de um historiador e, com isso, tornou-se o último idealizador de Esparta.

As peculiaridades dos espartanos despertaram a atenção dos escritores anteriores à tradição socrática, o que pode ser observado em Homero, quando, nos versos da *Odisséia*, relata a participação de Helena nos assuntos tratados por Menelau:

*“Senta-se Helena em poltrona provida de um belo escabelo,
vira-se para o marido e de tudo procura informar-se:
‘Ó Menelau, de Zeus grande discípulo, sabemos, acaso, quem se gloriam
de ser esses homens, que a casa nos chegam?
Minto, ou verdade enuncio? A falar me compele a vontade
Entre quaisquer dos mortais – sou tomada de espanto indizível -
Tanto como o filho do grande Odisseu este aqui se parece,
Digo Telêmaco, que no palácio ainda infante deixara
Ele, o valente, no tempo em que vós, os Aqueus, lutastes
Sob as muralhas de Tróia por causa de minha cegueira.’
Disse-lhe, então, Menelau, em resposta, o de louros cabelos:
‘Penso, ó mulher, de igual modo a respeito, do que conjeturas’
(*Odisséia*, IV, vv.136-155)¹⁹*

Percebemos que, desde Homero, a mulher espartana foi vista como influenciadora das decisões políticas da cidade. Contudo, esta idealização não recebeu o mesmo tratamento crítico nas interpretações de Ollier e de Glötz, pois, sobre as mulheres, ambos reafirmaram o descrito pela mesma tradição literária grega²⁰, que foi

¹⁷ GLOTZ, G. *Histoire Grecque: des origenes aux guerres mediques*. Tome première. Paris: Presses Universitaires de France, 1926, p. 336-339.

¹⁸ OLLIER, F. *Le mirage spartiate: étude sur l’idealisation de Sparte dans l’antiquité Grecque de l’origene jusqu’aux cyniques*. Paris: Boccard, 1933, p. 1-13.

¹⁹ HOMERO. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

²⁰ As conclusões de Ollier sobre a educação feminina em Esparta coincidem como as propostas por Glötz, este afirmou que as mulheres espartanas ocupavam um lugar especial na sociedade, comparando sua influência à masculina. Ver Glötz, *Histoire Grecque...*, p. 360 e Ollier, *Le mirage spartiate...*, p. 28. Sobre s efeitos da miragem espartana nas interpretações da historiografia moderna, ver : SILVA, M. A. O. O mistério da miragem: a mulher na história de Esparta. In: FUNARI, P. P. A.; FEITOSA, L. C. & SILVA, G. J. *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 241- 258.

responsável pela criação da miragem ou do romance espartanos. Ollier também está de acordo com Glotz sobre os três elementos que comporiam o romance espartano; a existência de Licurgo, a constituição espartana e as empresas de Ágis e Cleômenes.

A singularidade de Plutarco em registrar a história da cidade de Esparta em forma de biografias não foi percebida pela bibliografia especializada. Isso deveu-se, por um lado, à aceitação da teoria do romance-miragem e por outro, à dissociação entre biografia e História. Podemos asseverar que Plutarco narrou a história de Esparta desde a sua era arcaica até o período helenístico sendo a única fonte a registrar, dentro de um lapso temporal tão longo, tamanho volume de informações sobre essa cidade.

Plutarco escrevia suas biografias para um público conhecedor da história de vida de cada personagem. Todos foram importantes na história de suas cidades, ou seja, eram pessoas notórias que a memória coletiva conservava. É possível conjecturar que a pura invenção de fatos levaria a narrativa plutarquiiana ao descrédito do leitor. Provavelmente pode existir nas fontes utilizadas alguns relatos fantasiosos sobre a cidade espartana. Em suma, se há o romance ou a miragem, não foi Plutarco quem os criou, ele foi mais um dentre aqueles que, seguindo a tradição, viram em Licurgo o criador do regime espartano.

Não vemos em Plutarco a idealização, o romance ou a invenção da história espartana, mas uma intenção de datar e historicizar o nascimento da cidade reconhecida por suas qualidades militares. Para a tradição literária grega, o sistema espartano foi interpretado como o resultado da instituição de um conjunto de leis transformadoras da ordem social. Assim, ao escrever a biografia de Licurgo, Plutarco conferiu historicidade ao legislador e suas leis, situando no tempo e no espaço o surgimento de uma nova cidade: a Esparta de Licurgo.

A biografia da Esparta de Licurgo foi narrada através da história de vida de seus cidadãos mais ilustres. Nelas Plutarco expressou sua preocupação em analisar as causas da derrocada de um sistema social que propiciara a hegemonia espartana na Grécia. Ao interpretar a vida de seu biografado no espaço público, Plutarco fundiu a história do indivíduo na de sua cidade. Assim, para a identificação da história de Esparta, nas biografias plutarquiianas, é preciso ler as vidas dos espartanos em ordem cronológica, qual seja, Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes. Lidas nessa seqüência, elas revelam como Plutarco viu a história arcaica, clássica e helenística da cidade.

Este papel fundante atribuído à instituição de novas leis é um tema recorrente no pensamento heleno. Continuando o debate de Platão, Aristóteles e Políbio, Plutarco estudou a constituição espartana ao longo de sua história, identificando os motivos de sua decadência. Plutarco pensou a história de Esparta, como pensavam seus antecessores, através da história de sua constituição. Portanto, ao ser o último a romancear ou a inventar uma miragem, Plutarco analisou a cidade espartana sob uma perspectiva oriunda da tradição grega, sem criar, mas recriando a miragem ou o romance espartanos.

RESUMO

As conhecidas conclusões de Ollier sobre a educação feminina em Esparta, corroboradas por Glotz, encontraram respaldo nos escritos plutarquianos. O curioso é que ambos atribuíram a Plutarco a criação de uma miragem espartana responsável pela idealização da cidade. Apesar das críticas desses autores à visão plutarquiana, eles consideraram que a mulher ocupava um lugar especial na sociedade, conforme relatara Plutarco. Tal interpretação permeia grande parte da produção acadêmica moderna sobre a participação feminina em Esparta. Nesse sentido, demonstramos, neste artigo, que a intenção de Plutarco não era idealizar, romancear ou inventar uma história espartana, mas datar e historicizar o nascimento de uma cidade reconhecida por suas qualidades militares.

Palavras-Chave: Plutarco; Esparta; Mulher Espartana.

ABSTRACT

Ollier's widely known conclusions about women's education in Sparta are shared by Glotz. Both authors ascribed to Plutarch the invention of a Spartan mirage responsible for the idealization of the city. Despite the criticism of both authors regarding Plutarch's view, they agreed that women had a special role in society, as pointed out by Plutarch. Such an interpretation permeates most of modern academic work on women's role in Sparta. This paper aims to demonstrate that Plutarch's objective was not to idealize, to romanticize about or to invent a Spartan history but to deal as history the beginnings of a city well-known for its military skills.

Keywords: Plutarch; Sparta; Spartan Woman.